

Edição nº 11

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
Secretaria das Sessões  
Serviço de Jurisprudência

## Boletim informativo

## Decisões Judiciais

*Este Boletim destina-se a facilitar o acesso e o acompanhamento das decisões judiciais, que possuem relevância para a atuação do TCDF. Alguns dispositivos podem ter sido editados pelo Serviço de Jurisprudência, com o intuito de facilitar a leitura e a compreensão, não se traduzindo, pois, em repositório oficial. Para informações mais detalhadas, acesse o link disponível neste informativo.*

4 a 31 de agosto de 2014.

Sumário *(links)*

## STF

1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.
2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. ATIVIDADE PÚBLICA DE NATUREZA PERMANENTE.
3. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AGENTES POLÍTICOS. REMUNERAÇÃO. VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA DE SUBSÍDIOS DE AGENTES POLÍTICOS DE ENTES FEDERATIVOS DISTINTOS. DEPUTADO ESTADUAL E DEPUTADO FEDERAL. NORMA ESTADUAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA.
4. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS ANÁLOGAS. EQUIPARAÇÃO DE REMUNERAÇÃO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.
5. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PODER EXECUTIVO. CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. PROJETO DE LEI. INICIATIVA LEGISLATIVA. RELEVÂNCIA E RISCO.

## STJ

1. ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.
2. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. OBSERVÂNCIA DA LEI PELO PODER JUDICIÁRIO. LIMITE DE APLICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. EXCESSO DE EXAÇÃO.
3. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FÉRIAS INDIVIDUAIS DE MAGISTRADO. PRAZO DE DOZE MESES PARA A PRIMEIRA FRUIÇÃO DE FÉRIAS.

## TST

1. TRABALHISTA. EMPREGADO PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. HORAS EXTRAS. SOBREAVISO E PRONTIDÃO. HORAS EXCEDENTES AO LIMITE MÁXIMO.

**TJDF**

1. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. ACESSO À INFORMAÇÃO. INDEFERIMENTO DE ACESSO INTEGRAL À INFORMAÇÃO. SEGURANÇA. SIGILO. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.
2. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENAL. APOSENTADORIA. CONDENAÇÃO CRIMINAL. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. EFEITO EXTRAPENAL. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.
3. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SERVIDOR PÚBLICO COM PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA. IRMÃO DE CANDIDATO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE.
4. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR E BOMBEIRO MILITAR DO DF. EXIGÊNCIA DE IDADE LIMITE.
5. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIRO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE PASSIVA.

# STF

## 1. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABILIDADE. TRANSPOSIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS INTEGRADOS A CARREIRAS DISTINTAS. CARGO PÚBLICO.

### ADI Nº 351 – RN

SERVIDOR PÚBLICO – ESTABILIDADE – ARTIGO 19 DO [ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS](#) – ALCANCE. A norma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias encerra simples estabilidade, ficando afastada a transposição de servidores considerados cargos públicos integrados a carreiras distintas, pouco importando encontrarem-se prestando serviços em cargo e órgão diversos da Administração Pública.

## 2. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. NECESSIDADE TEMPORÁRIA E EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. ATIVIDADE PÚBLICA DE NATUREZA PERMANENTE.

### ADI Nº 3247 - MA

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 2º, INC. VII, DA [LEI 6.915/1997](#) DO ESTADO DO MARANHÃO. CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR TEMPO DETERMINADO. INTERPRETAÇÃO E EFEITO DAS EXPRESSÕES “NECESSIDADE TEMPORÁRIA” E “EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPRIR ATIVIDADES PÚBLICAS DE NATUREZA PERMANENTE. TRANSITORIEDADE CARACTERIZADA. PARCIAL PROVIMENTO DA AÇÃO.

1. A natureza permanente de algumas atividades públicas - como as desenvolvidas nas áreas da saúde, educação e segurança pública – não afasta, de plano, a autorização constitucional para contratar servidores destinados a suprir demanda eventual ou passageira. Necessidade circunstancial agregada ao excepcional interesse público na prestação do serviço para o qual a contratação se afigura premente autoriza a contratação nos moldes do art. 37, inc. IX, da [Constituição da República](#).

2. A contratação destinada a atividade essencial e permanente do Estado não conduz, por si, ao reconhecimento da alegada inconstitucionalidade. Necessidade de exame sobre a transitoriedade da contratação e a excepcionalidade do interesse público que a justifica.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente para dar interpretação conforme à [Constituição](#).

## 3. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AGENTES POLÍTICOS. REMUNERAÇÃO. VINCULAÇÃO AUTOMÁTICA DE SUBSÍDIOS DE AGENTES POLÍTICOS DE ENTES FEDERATIVOS DISTINTOS. DEPUTADO ESTADUAL E DEPUTADO FEDERAL. NORMA ESTADUAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA.

### ADI Nº 3461 – ES

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Impugnação ao art. 1º da [Lei 7.456/2003](#) do Estado do Espírito Santo. 3. Vinculação automática de subsídios de agentes políticos de distintos entes federativos. Norma estadual que estabelece ao subsídio mensal pago a deputados estaduais valor correspondente a 75% do subsídio mensal de deputados federais, de modo que qualquer aumento no valor dos subsídios destes resulte, automaticamente, aumento daqueles. Impossibilidade. 4. Violação ao princípio da autonomia dos entes federados. Precedentes. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

[voltar sumário](#)

**4. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO PÚBLICO. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS ANÁLOGAS. EQUIPARAÇÃO DE REMUNERAÇÃO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.****ADI N. 4303 – RN**

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. ART. 1º, CAPUT E § 1º DA [LEI COMPLEMENTAR N. 372/2008](#) DO RIO GRANDE DO NORTE.

1. A reestruturação convergente de carreiras análogas não contraria o art. 37, inc. II, da [Constituição da República](#). Logo, a [Lei Complementar potiguar n. 372/2008](#), ao manter exatamente a mesma estrutura de cargos e atribuições, é constitucional.
2. A norma questionada autoriza a possibilidade de serem equiparadas as remunerações dos servidores auxiliares técnicos e assistentes em administração judiciária, aprovados em concurso público para o qual se exigiu diploma de nível médio, ao sistema remuneratório dos servidores aprovados em concurso para cargo de nível superior.
3. A alegação de que existiriam diferenças entre as atribuições não pode ser objeto de ação de controle concentrado, porque exigiria a avaliação, de fato, de quais assistentes ou auxiliares técnicos foram redistribuídos para funções diferenciadas. Precedentes.
4. Servidores que ocupam os mesmos cargos, com a mesma denominação e na mesma estrutura de carreira, devem ganhar igualmente (princípio da isonomia).
5. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada improcedente.

**5. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PODER EXECUTIVO. CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. PROJETO DE LEI. INICIATIVA LEGISLATIVA. RELEVÂNCIA E RISCO.****MED. CAUT. EM ADI N. 4.759-BA**

REMUNERAÇÃO – SERVIDOR CEDIDO – PROJETO DE LEI – INICIATIVA. Em se tratando de servidor cedido pelo Executivo, a este cabe a iniciativa de lei a alcançar a respectiva remuneração. Relevância e risco no que pretendida liminar para afastar a eficácia de lei que conflita com a premissa.

[voltar sumário](#)

**STJ****1. ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL.****MS 20162 – DF**

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA. INASSIDUIDADE HABITUAL. ART. 132, III, DA [LEI 8.112/90](#). DEMISSÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DA ADMINISTRAÇÃO. OCORRÊNCIA. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO. ARTS. 116, VI, 142, § 1.º E 143, DA [LEI N.º 8.112/90](#). DATA EM QUE O FATO SE TORNOU CONHECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, E NÃO NECESSARIAMENTE PELA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. "De acordo com o art. 142, inciso I, § 1º, da [Lei n.º 8.112/90](#), o prazo prescricional de cinco anos, para a ação disciplinar tendente à demissão ou cassação de aposentadoria do servidor, Começa a correr da data em que a Administração toma conhecimento do fato àquele imputado". ([STF, RMS 24.737/DF](#), Primeira Turma, Rel. Min. CARLOS BRITTO, DJ de 1/6/04)

2. O termo inicial da prescrição punitiva estatal começa a fluir na exata data do conhecimento da irregularidade, praticada pelo servidor, por alguma autoridade do serviço público e não, necessariamente, pela autoridade competente para a instauração do processo administrativo disciplinar. Precedente.

3 - A autoridade hierarquicamente superior à impetrante era seu chefe imediato, que teve ciência, de forma inequívoca e clara das faltas injustificadas da servidora. Logo, tão somente aquele que a acompanhava tinha o dever funcional de comunicar à autoridade competente para a devida apuração, sob pena, até, de falta funcional.

4. Admitida a ciência do ato pelo chefe imediato da impetrante, em 3/8/04 (data da última falta injustificada), e sendo de 5 (cinco) anos o prazo para o exercício da pretensão sancionadora do Estado, nos termos do art. 142, inciso I, da [Lei 8.112/90](#), resta configurada a prescrição, uma vez que o processo administrativo disciplinar que culminou com a aplicação da pena de demissão da servidora foi instaurado apenas em 27/8/09.

5. Mandado de segurança concedido.

**2. TRIBUTÁRIO. TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. OBSERVÂNCIA DA LEI PELO PODER JUDICIÁRIO. LIMITE DE APLICAÇÃO DA COMPENSAÇÃO. EXCESSO DE EXAÇÃO.****EREsp 872.559 – SP**

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. TRIBUTO DECLARADO INCONSTITUCIONAL. LIMITES À COMPENSAÇÃO. [LEIS Nº 9.032/95](#) E [Nº 9.129/95](#). APLICABILIDADE. No julgamento do Recurso Especial nº 796.064, RJ, relator o Ministro Luiz Fux, revendo orientação anterior, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que, "enquanto não declaradas inconstitucionais as [Leis 9.032/95](#) e [9.129/95](#), em sede de controle difuso ou concentrado, sua observância é inafastável pelo Poder Judiciário, uma vez que a norma jurídica, enquanto não regularmente expurgada do ordenamento, nele permanece válida, razão pela qual a compensação do indébito tributário, ainda que decorrente da declaração de inconstitucionalidade da exação, submete-se às limitações erigidas pelos diplomas legais que regem a compensação tributária" (DJe de 10.11.2008). Embargos de divergência providos.

**voltar sumário**

**3. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. FÉRIAS INDIVIDUAIS DE MAGISTRADO. PRAZO DE DOZE MESES PARA A PRIMEIRA FRUIÇÃO DE FÉRIAS.****REsp 1.421.612 – PB**

ADMINISTRATIVO. FÉRIAS INDIVIDUAIS DOS MAGISTRADOS. PRETENSÃO DE QUE O GOZO DE FÉRIAS DOS JUÍZES SUBSTITUTOS SE DÊ SEM EXIGÊNCIA DO CUMPRIMENTO DO PRAZO DE DOZE MESES PARA A PRIMEIRA FRUIÇÃO. INADMISSIBILIDADE.

1. Cinge-se a discussão acerca do início do período aquisitivo de férias de juízes no primeiro ano do exercício de suas funções, sustentando a autora possuir direito a férias proporcionais relativas ao ano em que ingressou na magistratura, uma vez que as férias dos magistrados, de acordo com a *Loman*, estão relacionadas ao ano civil, sem vinculação com o período aquisitivo de doze meses, que é aplicável apenas aos servidores públicos federais.

2. A [Lei Complementar 35/1979 \(Loman\)](#), ao tratar das férias dos magistrados ("Art. 66 - Os magistrados terão direito a férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais. § 1º - Os membros dos Tribunais, salvo os dos Tribunais Regionais do Trabalho, que terão férias individuais, gozarão de férias coletivas, nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho. Os Juízes de primeiro grau gozarão de férias coletivas ou individuais, conforme dispuser a lei"), não disciplina o início do período aquisitivo do direito a férias na magistratura.

3. Dessa forma, ante o silêncio da *Loman*, incide o art. 77, § 1º, da [Lei 8.112/1990](#), que deve ser aplicado subsidiariamente. 4. Aliás, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no [processo 0001123-19.2007.2.00.0000](#), entendeu que o gozo do direito de férias pelo juiz é adquirido após um ano na magistratura, tendo consignado que "o princípio norteador das férias, inclusive dos empregados da iniciativa privada, tal como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho e para os servidores públicos, como definido no Estatuto próprio, é o de período aquisitivo, de sorte que para adquirir direito ao primeiro período o empregado, servidor ou magistrado deverá completar o período de um ano de serviço prestado".

5. Esse entendimento foi reiterado recentemente pelo CNJ nos autos do [PCA 0001795-51.2012.2.00.0000](#), da relatoria do Conselheiro Neves Amorim, julgado na 147ª Sessão Ordinária, em 21.5.2012.

6. Cabe salientar que, em 2004, o Conselho Federal da Justiça normatizou a referida matéria na [Resolução 383/2004](#), que dispõe: "Art. 5º. Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos doze meses de exercício", sendo certo que tal disposição se seguiu nas [Resoluções 585/2007](#), [14/2008](#) e [130/2010](#) do Conselho da Justiça Federal.

7. A mesma orientação é seguida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho- CSJT.

8. Recurso Especial não provido.

[voltar sumário](#)

**TST****1. TRABALHISTA. EMPREGADO PÚBLICO. JORNADA DE TRABALHO. HORAS EXTRAS. SOBREAVISO E PRONTIDÃO. HORAS EXCEDENTES AO LIMITE MÁXIMO.****TST-E-ED-RR-172440-31.2004.5.18.0003.**

EMBARGOS SUJEITOS À SISTEMÁTICA DA [LEI Nº 11.496/07](#) – SOBREAVISO E PRONTIDÃO – EXTRAPOLAMENTO DAS ESCALAS PREVISTAS NO ART. 244, §§ 2º E 3º, DA CLT – EFEITOS.

1. A lei, ao instituir os regimes de sobreaviso e prontidão, fixou remuneração especial, à razão de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços) do salário normal, respectivamente. Previu, ainda, a duração máxima do trabalho em regime de sobreaviso e prontidão – 24 (vinte e quatro) e 12 (doze) horas, respectivamente.

2. Não há previsão legal de pagamento diverso de horas de sobreaviso e prontidão em caso de descumprimento dos limites fixados. Tal ocorrência está sujeita somente a sanções administrativas, na forma do artigo 626 e seguintes da CLT.

3. Desse modo, inexistindo controvérsia quanto à manutenção do regime de sobreaviso e prontidão após o extrapolamento da escala legal, o excedente prossegue remunerado à base de 1/3 (um terço) ou 2/3 (dois terços) do salário normal.

Embargos conhecidos e desprovidos.

[voltar sumário](#)



**TJDFT****1. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. ATO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. ACESSO À INFORMAÇÃO. INDEFERIMENTO DE ACESSO INTEGRAL À INFORMAÇÃO. SEGURANÇA. SIGILO. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE.****APC Nº 20130110070808. [ACÓRDÃO N.º 797788](#).**

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. ACESSO. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. INTERESSADO. POSTULAÇÃO. REQUERIMENTO DE CÓPIA. AUTORIDADE. INDEFERIMENTO DE ACESSO INTEGRAL. ACESSO MITIGADO. LEGITIMIDADE. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. SEGURANÇA. DENEGAÇÃO. ESPECIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO. NECESSIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA. ORDEM. DENEGAÇÃO.

1. Como corolário do estado democrático de direito, os atos administrativos, em regra, são regidos pela publicidade como expressão do interesse público no conhecimento da gestão administrativa e da moralidade, pois viabiliza a fiscalização da atuação estatal, daí porque o legislador constituinte resguarda a todos, como garantia e direito fundamental, o direito à informação, de peticionarem aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e de obtenção, dos órgãos públicos, de informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que deverão ser prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (art. 5º, incisos XIV, XXXIII e XXXIV, "a").

2. Conquanto a publicidade dos administrativos e o acesso à informação traduzam instrumentos inerentes ao estado democrático de direito, sua materialização deve ser ponderada com o interesse público, que não compactua com a devassa dos registros administrativos quando pode comprometer a própria gestão administrativa ou a segurança do estado, donde emergiram as ressalvas inseridas na [Lei nº 12.527/11](#), que legitimam restrições à publicidade volvidas a velar pelo não comprometimento dos objetivos estatais mediante publicização de atos desprovidos de interesse público ou sobre os quais devam sobejar restrição de acesso.

3. A omissão do requerimento administrativo volvido à obtenção de acesso irrestrito a autos administrativos acerca da finalidade das informações almejadas e a subsistência de recusa motivada à permissão de acesso aos documentos solicitados sob o prisma de que, qualificando-se como documentos reservados, estão protegidos sob a cláusula de sigilo, reveste, em princípio, de legalidade e legitimidade a recusa ao acesso pretendido, demandando sua informação a comprovação de que a documentação almejada não está revestida do atributo que lhe fora agregado e de que a pretensão está permeada por interesse legítimo do interessado, ensejando a ilação de que a negativa traduzira, em verdade, violação ao direito líquido e certo à informação que o assistiria.

4. Consubstancia verdadeiro truísmo que o mandado de segurança, instrumento processual de gênese constitucional, é endereçado à proteção de direito líquido e certo afetado por ato de autoridade, estando seu manejo condicionado à subsistência de prova pré-constituída apta a lastrear a pretensão formulada ou à apreensão de que o direito reclamado emerge da simples modulação dos fatos à regulação que lhe fora conferida pelo legislador, resultando dessa regulação que, não demonstrada a ilegalidade do indeferimento da pretensão administrativa que negara acesso irrestrito aos autos individualizados, a ordem formulada deve ser denegada.

5. Apelação conhecida e desprovida. Unânime.

**voltar sumário**



**2. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENAL. APOSENTADORIA. CONDENAÇÃO CRIMINAL. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. EFEITO EXTRAPENAL. PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL.****MSG Nº 20130020237036. [ACÓRDÃO Nº 796286](#).**

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONDENAÇÃO CRIMINAL. PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA DE DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. APOSENTADORIA SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE DE CASSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PRECEITO PUNITIVO EXPRESSO. PRINCÍPIO RESERVA LEGAL. OBSERVÂNCIA. WRIT CONCEDIDO.

1. Padece de legitimidade e legalidade o ato de cassação da aposentadoria de servidor como efeito da condenação penal que decretou a perda da função pública, pois além da aposentadoria constituir direito do agente que reuniu todos os requisitos para alçá-la, não pode ser suprimida sem preceito punitivo expresso, uma vez que os efeitos da condenação penal são previstos *numerus clausus* no artigo 92 do [Código Penal](#), o qual não admite interpretação extensiva, sob pena de ofensa ao princípio da reserva legal. Precedentes jurisprudenciais.

2. Segurança concedida.

**3. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SERVIDOR PÚBLICO COM PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA. IRMÃO DE CANDIDATO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA MORALIDADE E DA IMPESSOALIDADE.****APO Nº 20070111260253. [ACÓRDÃO Nº 811318](#).**

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA OFICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COMPROVAÇÃO DA PRÁTICA DE ATO ÍMPROBO POR SERVIDOR PÚBLICO E TERCEIRO. MULTA APLICADA COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.

1. Pratica ato de improbidade o servidor público que participa de banca examinadora de concurso em que seu irmão é candidato, o qual é aprovado em primeiro lugar. Ofensa aos princípios, constitucionais da moralidade e da impessoalidade, violados os artigos 37 da Constituição Federal e 3º e 11, caput, e inciso V, da [Lei n. 8.429/92](#).

2. Apelação e remessa oficial não providas. Unânime.

**4. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR E BOMBEIRO MILITAR DO DF. EXIGÊNCIA DE IDADE LIMITE.****APC Nº 20130110965974. [ACÓRDÃO Nº 810681](#).**

APELAÇÃO CÍVEL – CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – CONCURSO PÚBLICO – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF – EXCLUSÃO DO CERTAME – CANDIDATO COM IDADE SUPERIOR AO LIMITE PREVISTO NA [LEI FEDERAL 7.479/1986](#), ALTERADO PELA [LEI FEDERAL 12.086/2009](#) – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Correta a decisão do magistrado que julga improcedente o pedido, especialmente quando não existe na norma edilícia qualquer regra demonstrativa de que a Administração seria obrigada a averiguar a idade do candidato no início do processo seletivo, particularmente no momento do deferimento de sua inscrição. Ao revés, consta, sim, preceito taxativo no sentido de que, antes de efetuar a inscrição, o candidato deveria conhecer o edital, certificar-se de que preenchia todos os requisitos nele exigidos, bem assim que, "...caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos".

[voltar sumário](#)

2. Eventual omissão da Administração em permitir a continuidade do candidato no certame, mesmo supostamente ciente de sua idade, não pode resultar na consolidação ou na concessão de direitos, tanto mais quando o próprio edital vai de encontro à pretensão postulada na inicial, não sendo tolerável que o apelante, mesmo ciente de que não preenchia o requisito editalício tangente à idade, ainda assim resolveu se inscrever no concurso.

3. Não há que se falar em inconstitucionalidade, se a própria Constituição preconiza a possibilidade de estabelecimento de limite de idade para ingresso em corporações militares, exatamente por conta das nítidas peculiaridades das atividades que lhe são afetas, sendo certo que o disciplinamento a esse respeito encontra guarida na [Lei 12.086/09](#), a qual, abrangendo a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do DF, que são organizados e mantidos pela União, define as regras ínsitas a essas corporações, inclusive quanto ao limite de idade para o acesso às suas fileiras.

#### **5. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIRO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE PASSIVA.**

**MSG Nº 20140020041029 [ACÓRDÃO Nº 809847](#).**

MANDADO DE SEGURANÇA - AUTORIDADE COATORA - LEGITIMIDADE PASSIVA - PRELIMINAR REJEITADA – ESTRANGEIRO – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – NORMA CONSTITUCIONAL – EFICÁCIA CONTIDA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. "Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou do qual emane a ordem para a sua prática". Aplicação da [Lei nº 12.016/2009](#) (art. 6º, §3º).

2. A negativa de contratação de estrangeiro para cargo público distrital pela Secretária de Estado da Criança do Distrito Federal a legitima a figurar no pólo passivo do writ.

3. O acesso de estrangeiros a cargos, empregos e funções públicas não configura norma auto-aplicável, carecendo de lei regulamentada da matéria, porquanto se trata de [norma constitucional](#) de eficácia limitada. Inteligência do artigo 37, incisos I e IX.

4. A [Lei Distrital n. 4.266/2008](#) e o Estatuto do Estrangeiro ([Lei 6.815/1980](#)) não têm o condão de amparar o direito que alega deter o estrangeiro, ao vindicar a contratação perante a Administração Pública no cargo de pedagogo.

5. Inexistindo lei distrital ou federal regendo a circunstância fática ora apresentada, não há ilicitude ou abusividade na conduta do Administrador em obstar a contratação de estrangeiro.

6. Inexistência do direito líquido e certo. Segurança denegada.

[voltar sumário](#)